

DESENVOLVIMENTO RURAL: UM RETRATO MULTIDIMENSIONAL DO RIO GRANDE DO SUL (2001 – 2009)

Eduardo Rodrigues Sanguinet¹

Carine de Almeida Vieira²

Marcos André Vaz Braz³

Daniela Dias Kuhn⁴

ÁREA TEMÁTICA 9 – AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL

Resumo

Devido a grandes mudanças que o meio rural vem passando nas últimas décadas, tanto em termos teóricos quanto práticos, a análise sobre as condições de vida da população rural torna-se relevante. Nesse contexto, este trabalho tem por objetivo analisar o contexto socioeconômico do Rio Grande do Sul, nas áreas rurais e urbanas. Para tal, adotou-se a análise puramente quantitativa, através da descrição de dados do PNAD (2001 – 2009), com o arcabouço da análise de forma multidimensional e da discussão sobre fatores que corroboram para a evasão do meio rural em detrimento ao urbano. Os resultados apontam que a população rural mostra-se atrasada e privada de certas dimensões que propiciariam uma melhor qualidade de vida para as famílias. Tem-se, também, que a renda média do trabalho, a taxa de desemprego rural e o acesso a serviços como de energia elétrica e abastecimento de água são fortemente correlacionados com a evasão do meio rural no estado gaúcho. Concluiu-se que as diferenças compreendidas entre as áreas rurais e urbanas no Rio Grande do Sul, onde se destaca o atraso do rural, frente ao urbano em várias dimensões podem se constituir de um conjunto de fatores, de âmbito socioeconômico, que corrobora para a migração rural-urbana no estado.

Palavras-Chave: Desenvolvimento rural. Análise multidimensional. Evasão rural.

1 Bacharel em Ciências Econômicas (UFSM). Mestrando em Desenvolvimento Rural (UFRGS). E-mail: eduardo.sanguinet@ufrgs.br

2 Bacharel em Ciências Econômicas (UFSM). Mestranda em Economia e Desenvolvimento (UFSM). E-mail: carine.a.vieira@gmail.com

3 Engenheiro Agrônomo (UFGD). Mestre em Estatística e Experimentação Agrônoma (ESALQ/USP). Doutorando em Zootecnia (UFSM). E-mail: brazvaz@yahoo.com.br

4 Bacharel em Ciências Econômicas (UFRGS). Mestre e Doutora em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Professora do Departamento de Ciências Econômicas (UFSM). E-mail: daniela.kuhn@ufsm.br

Abstract

Due to major changes that the country has been going through in recent decades, since in theoretical and practical terms, the analysis of the living conditions of the rural population becomes relevant. In this context, this paper aims to analyze the socioeconomic context of Rio Grande do Sul, in rural and urban areas. To this end, we adopted a purely quantitative analysis, through the description of PNAD (2001 - 2009), with the framework of multidimensional analysis and discussion of factors that corroborate evasion the rural over the urban. The results indicate that the rural population shows up late and deprived of certain dimensions that would provide a better quality of life for families. There is, also, that the average labor income, the rate of rural unemployment and access to services such as electricity and water supply are strongly correlated with avoidance in the rural gaucho state. It was concluded that the differences between rural and urban areas in Rio Grande do Sul, which highlights the backwardness of rural, urban front in various dimensions can be a number of factors, socioeconomic context, which confirms the rural - urban migration in the state.

Keywords: Rural Development. Multidimensional analysis. Rural evasion.

1. Introdução

O meio rural ao longo do tempo passou por muitas transformações, em termos estruturais, relacionados à realidade, a localização e a sistema de produção, bem como em termos teóricos, relacionados à literatura sobre o rural, estudos e análises. A visão tradicional sobre o rural abarca alguns traços predominantes, tais como abundância de terras e recursos naturais, distância significativa entre assentamentos rurais e centros urbanos e que apresenta uma parcela significativa da população vivendo em situação de pobreza e privações. Essa visão mais tradicional é dicotômica na medida em que opõe o campo – agrícola e rural tradicional, ao moderno – cidades, indústria e urbano.

Kageyama (2008) afirma que a evolução e noção de rural permanecem, de certa forma, indefinida devido à pluralidade de fatores que concorrem para qualificar um espaço como rural. A partir dessa literatura mais atual, a delimitação do que é chamado de rural passa a se relacionar não somente ao seu contexto internalizado, e sim a manter relação com seu contexto, seu entorno e distanciamento de outros centros socializados, ora rurais, ora urbanos.

A relação entre o rural e o entorno passa a determinar as questões mais fundamentais, onde a economia agrícola e a pluriatividade se inserem. Nesse contexto, vê-se que há uma inter-relação entre desenvolvimento rural e urbano, sendo um recíproco ao outro e não excludentes. O potencial

de desenvolvimento depende da inserção de cada espaço nos mercados, da existência de vantagens comparativas naturais e de externalidades, fazendo com que a economia rural passe a estar interligada com uma cidade, com um aglomerado social, com a economia regional, que se consiste como um contexto adequado para se compreender o desenvolvimento rural.

Há fatores que tendem a encurtar a distância entre os universos rural e urbano, tal como a criação de políticas públicas específicas de incentivo a produção, as mudanças nos padrões de consumo nas comunidades rurais, o acesso a meios de comunicação e tecnologias que “encurtam” a distância entre o universo rural e urbano. Alguns fenômenos podem representar mudanças e transformações no meio rural, tais como o processo de modernização agrícola, que mudou relações de trabalho no campo. Mudanças desse tipo transformam as relações de trabalho e tendem a mudar a estrutura produtiva nas unidades agrícolas, de forma que podem alterar a capacidade produtiva e afetar as relações de mercado.

Nesse sentido, tem-se que a problemática da migração rural-urbana e as consequências para a população rural têm sido examinada há décadas, mas em cada período configura-se sobre condições diversas. Se, em tempos passados, fatores de estagnação do meio rural ou de atração do meio urbano eram suficientes para explicar este fluxo migratório, atualmente há de se considerar a complexidade da sociedade moderna e a insurgência de novos determinantes para este quadro (CORADINI, 2011). A evasão rural é considerada como um indicativo de que determinados fenômenos sociais presentes em regiões rurais podem estar escapando à compreensão dos residentes de determinada área, com consequências práticas em suas ações e na formulação de novos modelos e políticas governamentais. Deve-se registrar que a ideia de evasão é utilizada aqui genericamente, sem distinção se ela representa abandono, venda ou expulsão, até porque os dados secundários utilizados não permitem esta separação.

Nesse sentido o contexto socioeconômico de uma dada região pode ser uma ferramenta útil e adequada para que analisar as condições de vida, tanto em termos de qualidade e acesso a bens básicos, quanto relacionados às privações às questões básicas como saúde e educação. Tal ferramenta permite compreender diversos aspectos da realidade de uma dada parcela da sociedade. A partir desse contexto socioeconômico, é possível compreender a qualidade de vida das pessoas de uma determinada região, bem como mensurar os tipos de privações a qual as atingem. Essa compreensão, atrelada à análise dos índices de evasão rural (urbanização) poderá trazer à tona que o contexto de inserção social pode ser determinante para que ocorram migrações. Assim sendo, objetiva-se de forma geral, discutir as concepções acerca do desenvolvimento rural, a partir da análise das privações que atingem as populações rurais e urbanas no Rio Grande do Sul. De forma completar, pretende-se analisar as taxas de urbanização do estado a fim de diagnosticar se o

contexto socioeconômico a qual a população vive se correlaciona com a migração de áreas rurais para as urbanas.

2. O desenvolvimento rural e as capacitações de Sen

O desenvolvimento econômico, em si, pode ser apresentado como uma noção que se sobressai à riqueza e ao crescimento econômico. A utilidade da riqueza está na forma como uma sociedade consegue fazer uso dela, através das liberdades substantivas que ela permite que se obtenha. Apesar de ser muito importante o reconhecimento do papel que a riqueza tem para a determinação da condição e qualidade de vida em uma sociedade, deve-se reconhecer também, o caráter restritivo e dependente que ela impõe.

A partir da década de 1990 a ideia e as ações de desenvolvimento reaparecem no cenário acadêmico e político. Para Navarro (2001) neste segundo período, as perspectivas deslocaram-se do estrito enfoque no crescimento econômico para a necessidade de construção de um entendimento mais abrangente sobre desenvolvimento e sobre o desenvolvimento rural. Para Mior (2005) a principal mudança nas teorias sobre desenvolvimento rural neste período foi o gradual reconhecimento, tanto nos planos acadêmicos quanto de políticas públicas, da necessidade de substituir os modelos exógenos até então dominantes, que enfatizavam uma perspectiva estrutural-determinista, na qual as diretrizes para o desenvolvimento eram colocadas externamente às regiões e aos atores sociais locais.

Sen (2000) apresenta a concepção de desenvolvimento como algo relacionado diretamente a melhora da qualidade de vida, das liberdades que podem ser desfrutadas, da valorização da vida, e da possibilidade de “o ser social” ser mais completo e capaz de pôr em prática seus direitos políticos e sociais, sem ser privado de condições essenciais e básicas. Essas privações, segundo o autor, dizem respeito ao desfavorecimento de uma camada social, carência de oportunidades básicas – saúde, educação funcional, emprego remunerado e segurança econômica e social. De forma sintética, tem-se que Sen referencia o desenvolvimento como a liberdade de capacitações das pessoas, em contrariedade à privação da mesma liberdade.

A liberdade envolve processos que permitem a ação e que envolvam a decisão dos agentes devido a oportunidades; já a privação pode surgir em razão a processos inadequados, como violação do direito ao voto, dos direitos civis e políticos, ou de oportunidades inadequadas que algumas pessoas têm para a realizar o mínimo que gostaria. Clark (2005) concorda com a concepção de Sen, afirmando que a abordagem das capacitações leva à conclusão de que somente a opulência e a utilidade não conseguem representar adequadamente o bem-estar humano, apesar de serem aspectos

importantes da existência humana, sendo necessário considerar outras coisas com valor intrínseco, como direitos e liberdades positivas.

A expansão das capacitações, ou seja, a permissão e não negação que as pessoas têm para fazer suas escolhas, para levar o tipo de vida que valorizam, constitui-se como ponto crucial ao passo que melhora o potencial que os agentes sociais têm para cuidarem de si, é uma das questões centrais do processo de desenvolvimento. A valorização da liberdade de escolha, em meio a possibilidades de se escolher, ou seja, em meio a capacitações para as pessoas, constitui-se como um produto social existente em relação dupla entre a disposição social de expandir liberdades individuais, e o uso de liberdades individuais colaborando par as disposições sociais mais apropriadas e eficazes.

A partir dessa contextualização geral sobre desenvolvimento e a forma como as pessoas podem conciliar suas capacidades de ação, o desenvolvimento rural também não pode ser identificado como crescimento econômico agrícola, mas sim como um processo que envolve múltiplas dimensões, tais quais podem ser citadas: dimensão econômica, dimensão sociocultural, dimensão político-institucional e dimensão ambiental. Todas essas ideias gerais caminharam junto com a evolução e transformações do rural ao longo do tempo. Embora se tenha que a condição necessária para o desenvolvimento em suas dimensões, o mero crescimento do produto tornou-se um indicador insuficiente de desenvolvimento, pois não retrata a forma como uma dada sociedade configura sua própria realidade, como ela tem capacidade de fazer escolhas e o quão livres são para tomar decisões. Essa liberdade é relacionada ao bem-estar e as capacitações que refletem as habilitações que as pessoas têm para executar ações ou alcançar estados que considerem desejáveis, pois o bem-estar da sociedade depende de como a renda é utilizada, não apenas pelo seu nível (KAGEYAMA, 2008).

Os espaços rurais ganharam ao longo dos anos várias outras nuances em termos teóricos. A modernização agrícola dominou a teoria, as práticas e as políticas, como a principal ferramenta para elevar a renda e levar ao desenvolvimento às comunidades rurais. Para Van der Ploeg et. al. (2000) essa ferramenta passa a ser substituída por um novo paradigma, o do desenvolvimento rural, onde busca-se um novo modelo para o setor agrícola, como novos objetivos, como a produção de bens públicos (paisagens e turismo), sinergias com os ecossistemas locais e a maior valorização das economias de escopo, em detrimento às economias de escala.

Brumer, Souza & Zorzi (2002) afirmam que há dois conjuntos de fatores que acarretam a saída de populações do campo para a cidade – um de expulsão e outro de atração. Este último se refere aos atrativos urbanos, tais como um maior acesso à educação, ao lazer, aos empregos com salários, as jornadas fixas, etc. Quanto ao fator repulsão, específico do espaço de origem, ele

compreende duas ordens: de mudança, com relações capitalistas promovendo a expropriação e a expulsão de camponeses; e de estagnação, no caso da escassez de terra ou da falta de possibilidades em intensificar a produção. Para os autores, o contexto de inserção social, econômica e cultural a qual as pessoas fazem parte, torna-se crucial para a permanência em uma determinada área. Assim, segundo Van der Ploeg et. al. (2000) o desenvolvimento rural passa a implicar a criação de novos produtos e novos serviços, associados a novos mercados, onde se procura formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas, tentando-se reconstruir a agricultura não somente à nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo.

3. Aspectos metodológicos

A metodologia deste trabalho circunda em torno de três etapas gerais: a) revisão de literatura e de conceitos acerca do desenvolvimento, com ênfase para o desenvolvimento rural; b) análise dos fatores que acarretam a perda de capacitações básicas, com ênfase na pobreza como promotor de privações básicas e essenciais, e; c) análise das taxas de urbanização do Rio Grande do Sul. As duas primeiras etapas partem inicialmente de uma análise regional, abordando as características socioeconômicas meio rural e urbano do Rio Grande do Sul, mantendo o foco no diagnóstico situacional das privações de capacitações que podem ser retratadas pelas dimensões apresentados no Quadro 1.

Dimensão	Indicador
Demografia	- Parcela da população residente em áreas rural e urbana;
Pobreza e Desigualdade	- Taxa de Extrema Pobreza; - Transferência de renda; - Pobreza Média;
Trabalho e Renda	- Taxa de desemprego; - Rendimento Médio do Trabalho; - Renda Domiciliar per capita;
Educação	- Analfabetismo; - Média de anos de estudo;
Acesso a Informação	- Acesso à Internet; - Existência de computador;
Habitação e Saneamento	- Abastecimento de Água adequado; - Acesso a Energia Elétrica;

Quadro 1 – Dimensões

Fonte: Metodologia da Pesquisa.

Para tal análise, utiliza-se o que Günther (2006) denomina de pesquisa qualitativa, que faz uso de dados quantitativos para compreensão da realidade. A revisão de literatura e a análise de dados secundários sobre a realidade rural no Rio Grande do Sul, a partir das pesquisas mais recentes produzidas que, de alguma forma trataram da abordagem das Capacitações de Sen contempla uma das etapas metodológicas da pesquisa. A terceira etapa visa compreender os fatores que acarretam a evasão rural de famílias no Rio Grande do Sul. A partir da análise multidimensional, que retrata o contexto socioeconômico a qual as sociedades rurais e urbanas estão inseridas, discute-se alguns indicadores utilizados por Mello (2006) que fazem referência a fatores que acarretam a migração rural-urbano, tais quais são: renda média do trabalho, acesso à água e a energia elétrica e taxa de desemprego rural. Essas variáveis foram analisadas através de descrições estatísticas discussão bibliográfica.

Os dados secundários compreendem o período de 2001 à 2009 e foram obtidos a partir da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) elaboradas por institutos de pesquisa regionais e nacionais, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Núcleo de Informações Sociais (NINSOC), Diretoria de Estudos e Pesquisas Sociais (DISOC) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A análise e tratamento dos dados serão feitas com o auxílio dos softwares de planilhas eletrônicas Microsoft Excel MS e OpenOffice Calc.

4 Análise e discussão dos resultados

4.1 O contexto socioeconômico e a análise multidimensional

Partindo da abordagem de pobreza multidimensional, foram selecionadas algumas dimensões que tem o intuito de caracterizar o contexto socioeconômico das populações das áreas rurais e urbanas no Rio Grande do Sul. As dimensões selecionadas foram: Demografia, Pobreza e Desigualdade, Trabalho e Renda, Educação, Acesso a Informação, Habitação e Saneamento.⁵

A dimensão demografia tem apenas um indicador que é a parcela da população residente. Os dados mostram as mudanças demográficas vistas entre os anos de 2001 e 2009 e são apresentadas na Figura 1. O aspecto demográfico apresentou variações na década, com 25.689.404 habitantes no estado, em 2001 e 27.732.087 em 2009. Esse fato se deve a aumentos relativos de população residente nas áreas urbanas, que podem também ser explicados pela evasão rural vista ao longo dos

⁵ Pretendeu-se incluir a dimensão saúde, todavia não foram encontrados dados disponíveis discriminados por área rural e urbana para o Rio Grande do Sul nesse período. A seleção das dimensões se deu por meio da disponibilidade de dados.

anos na década de 2000.

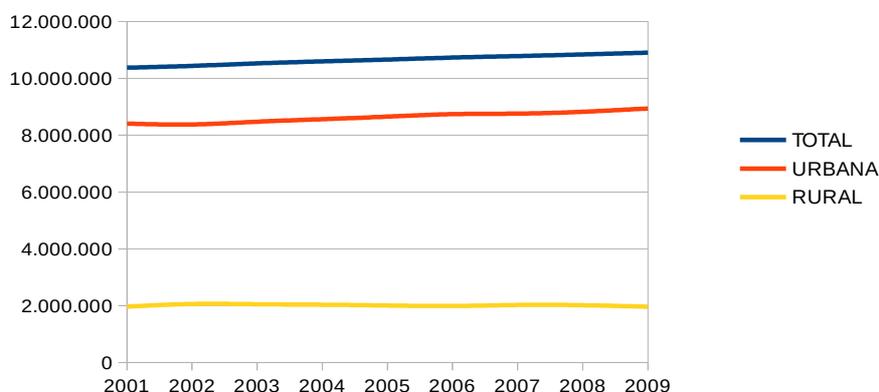


Figura 1 – População residente: área urbana, rural e total no Rio Grande do Sul.

Fonte: IPEA (2012).

Ao se analisar a Figura 1, nota-se que o aumento demográfico no estado do Rio Grande do Sul manteve-se paralelo ao aumento nas áreas urbanas, enquanto a população residente das áreas rurais não se mostrou no mesmo sentido progressivo. Em termos de variações, tem-se que a nível estadual de 2000 para 2009, o aumento foi de 7,49%, nas áreas urbanas de 10,34% e nas áreas rurais de -2,53%. A Tabela 1 mostra os índices relacionados à educação e a pobreza e desigualdade em termos de renda. Pode-se observar que a taxa de analfabetismo tem maior incidência no meio rural bem como menor média de anos de estudo. Enquanto no meio rural a taxa de analfabetismo em 2001 era de 10,77 e caiu para 7,25 em 2009, para o meio urbano também houve queda, mas este se manteve bem abaixo da taxa para o meio urbano. Com relação à média de anos de estudo, tanto para o meio rural como o meio urbano aumentaram, em proporções semelhantes, mas novamente o meio rural tem uma média bem menor que a urbano. Em 2009, a média de anos de estudos para o meio rural é de 5,9 anos enquanto para o meio urbano é 8,25 anos. Os índices relacionados a dimensão pobreza e desigualdade compreendem a taxa de extrema pobreza, renda domiciliar per capita e transferências de rendas.

Dimensão Educação									
Anos	Média de anos de estudo			Taxa de analfabetismo (%)					
	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total
2001	4,69	7,32	6,82	10,77	5,18	6,24			
2002	4,82	7,52	6,99	10,92	5,19	6,31			
2003	5,03	7,68	7,16	9,49	4,86	5,77			
2004	5,13	7,82	7,3	9,08	4,64	5,5			
2005	5,14	7,89	7,37	8,76	4,39	5,22			
2006	5,32	8,01	7,51	8,46	4,5	5,23			
2007	5,38	8,01	7,52	7,85	4,29	4,96			
2008	5,63	8,2	7,72	8,49	4,16	4,96			
2009	5,9	8,25	7,82	7,52	3,95	4,6			

Dimensão Pobreza e Desigualdade									
Anos	Extrema pobreza			Renda domiciliar per capita (R\$)			Transferências na renda (%)		
	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total
2001	10,21	3,4	4,69	332,8	694,39	625,7	23,34	22	22,14
2002	8,02	3,86	4,68	344,1	686,21	618,22	22,68	21,78	21,87
2003	8,07	4,49	5,18	359,9	669,36	609,21	24,02	23,65	23,7
2004	8,68	3,16	4,22	387,2	688,66	630,56	23,22	22,34	22,45
2005	6,8	2,94	3,67	371,4	699,31	637,41	27,27	22,84	23,32
2006	6,86	2,51	3,32	434,7	747,95	689,54	27,86	22,85	23,44
2007	4,88	2,85	3,23	464	753,28	699,04	25,27	23,13	23,4
2008	4,17	1,68	2,15	476,2	818,25	753,96	28	23,31	23,86
2009	3,3	1,9	2,16	560	821,3	773,28	23,38	24,08	23,99

Tabela 1 – Dimensão Educação e Dimensão Pobreza e Desigualdade

Fonte: IPEA (2012)

O meio rural apresenta-se em situação de pobreza se comparada ao meio urbano, contudo há de se empreender que uma diminuição foi vista na década de 2000, apresentando uma queda de 10,21 para 3,3 de 2001 a 2009. No meio urbano, houve uma queda, mas em menor proporção, caindo assim de 3,4 para 1,9, em 2001 e 2009 respectivamente. No segundo indicador analisado, “renda domiciliar per capita”, percebe-se que a renda na área urbana é maior e essa também teve um crescimento de R\$ 126,91 entre os anos de 2001 e 2009. Para a área rural o crescimento foi de 227,2, mesmo tendo um crescimento em maior proporção o nível de renda permanece menor em todos os anos. É importante destacar que mesmo que os domicílios do meio rural apresente menor renda, grande maioria aufere também uma “renda não monetária”, ou seja, há cultivo de plantações

e animais em pequena escala para subsistência. Sendo essa prática, na maior parte das vezes inviável para o meio urbano, mesmo o rural tendo um nível de renda menor não quer dizer que esses passem por maiores privações. O terceiro indicador se refere às transferências de renda, no meio rural esse indicador se manteve estável com uma variação de 0,04 pontos percentuais de 2001 a 2009. Da mesma forma, no meio rural não houve um aumento muito significativo, a variação foi de 2,08 pontos percentuais.

Uma dimensão que pode retratar, de certa forma, a qualidade de vida da população refere-se a condições de habitação e saneamento. Outro aspecto importante para retratar as condições de vida da população faz referência à inclusão digital, onde isso pode ser mensurado pelos dados de acesso a computadores e internet. Esses dados são apresentados na Tabela 2.

Dimensão Habitação e Saneamento									
Anos	Abastecimento adequado de água (%)			Acesso à energia elétrica (%)					
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
2001	91,8	92,65	88,17	97,49	99,42	89,26			
2002	93,23	93,84	90,75	98,09	99,56	92,09			
2003	92,84	92,84	92,82	98,46	99,79	92,97			
2004	93,49	94,08	90,99	98,9	99,66	95,7			
2005	92,94	93,01	92,64	99,12	99,69	96,64			
2006	93,32	93,06	94,47	99,16	99,75	96,59			
2007	94,28	94,04	95,32	99,59	99,8	98,67			
2008	94,07	93,57	96,25	99,55	99,86	98,19			
2009	94,31	93,98	95,77	99,7	99,89	98,87			

Dimensão Trabalho e Renda									
Anos	Taxa de desemprego (%)			Rendimento médio do trabalho (R\$)			Taxa de participação (%)		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
2001	6,6	8,2	0,94	1.087,50	1.161,04	697,24	73,86	71,04	85,93
2002	6,69	8,31	1,23	1.082,19	1.158,90	702,43	73,83	70,86	86
2003	6,94	8,53	1,63	1.017,79	1.087,07	690,02	74,39	71,17	87,58
2004	5,89	7,18	1,42	1.046,35	1.107,75	738,62	73,88	70,84	86,66
2005	6,32	7,69	1,45	1.055,06	1.121,75	703,37	74,25	71,33	86,86
2006	6,07	7,26	1,67	1.116,83	1.177,26	796,85	73,65	71,03	85,31
2007	6,42	7,67	1,76	1.132,09	1.181,48	873,33	72,85	70,78	81,76
2008	5,32	6,35	1,43	1.189,58	1.255,93	840,26	72,5	70,35	81,98
2009	5,99	7,09	1,73	1.216,45	1.249,63	1.038,87	72,46	70,3	82,22

Tabela 2 – Dimensões Habitação e Saneamento e Trabalho e Renda

Fonte: IPEA(2012).

A partir da análise das informações da Tabela 2, tem-se que tanto o acesso à energia elétrica, quanto o abastecimento de água adequado nas residências aumentaram no período de tempo proposto e que uma parcela considerável das populações rurais e urbanas tem acesso a esses serviços básicos para uma condição de vida e moradia de mínima qualidade. Apesar disso, vê-se que os domicílios em áreas rurais ainda são menos favorecidos com esses serviços, do que os da área urbana, onde se tem que em 2001 cerca de 88,17% da população residente nessas áreas tinham acesso a abastecimento de água e 89,26% acesso à energia elétrica. A variação, ao longo da década foi mais marcante em relação à energia elétrica, onde tem-se que em 2009, 95,77% da população rural passou a ter acesso à água e 98,87% a energia elétrica. Nas áreas rurais, ao longo desses anos, a variação de abastecimento de água e de acesso à energia elétrica em residências foi de 8,62% e 10,77% respectivamente.

O acesso à internet e a computadores aumentou significativamente no estado do Rio Grande do Sul, tanto nas áreas urbanas quanto das rurais. Em contrapartida, infere-se também que há um grande diferencial e arrefecimento em termos de acesso a essas tecnologias entre as duas áreas. A esse caráter, tem-se que a variação à nível de estadual de acesso a computadores em domicílio foi de 228,43%, nas áreas urbanas de 208,30% e nas rurais de 708,59%. Já em termos de acesso à internet, vê-se relações positivas de 301,22% à nível estadual, a área urbana de 284,82% e a área rural 782,88%. A partir desses resultados, empreende-se que as famílias residentes em regiões rurais obtiveram um ganho mais do que significativo de acesso a computadores ao longo da década de 2000.

O nível de renda e a taxa de desemprego retratam condições básicas para parte da sociedade. A dimensão que mostra a participação da população empregada e assalariada é a do trabalho e da renda. De acordo com as informações, nota-se uma variação desigual nas taxas de desemprego, rendimento médio do trabalho e de participação nas áreas rurais em relação às urbanas no estado do Rio Grande do Sul. A exemplo disso, no ano de 2001 a taxa de desemprego nas regiões rurais era de 0,94%, saltando para 1,73% em 2009, enquanto no meio urbano, era de 8,2% em 2009, reduzindo para 7,09 em 2009. As variações foram de -13,54% para as áreas urbanas no nível de desemprego, em contrapartida a um aumento de 84,04% para as áreas rurais.

Também se infere que os residentes das áreas rurais trabalham e contribuem mais para a formação de riqueza bruta, que os residentes de áreas urbanas. No estado do Rio Grande do Sul como um todo e na população rural, tem-se que o ano de 2003 representou aquele onde uma maior parte da população trabalhava, com participação de 74,39% e 87,58%, respectivamente. As variações, ao longo da década foram negativas nas três áreas, onde se vê uma perda de participação de -1,90%, -1,04% e -4,32%, para as áreas total, urbana e rural.

4.2 A evasão rural do Rio Grande do Sul

Os fenômenos sociais que levam famílias a evadir ou transitar entre áreas rurais e urbanas podem ser determinantes para compreender o problema da migração rural-urbano. Esses fenômenos podem ser compreendidos a partir do conhecimento acerca do ambiente econômico e cultural a qual a sociedade vive, aperfeiçoando a análise acerca do desenvolvimento de uma região.

Considera-se como evasão o abandono de famílias residentes em áreas rurais em direção a áreas urbanas. Para Mello (2006) o processo de penetração do modo capitalista de produção no campo brasileiro, a exemplo da metade sul do Rio Grande do Sul, baseado nas médias e grandes

propriedades, já bastante tecnificadas e produtivas, conformando o que se intitula genericamente de agronegócio. Este processo segue mudando as relações sociais e produtivas na agricultura, com concomitante expulsão de trabalhadores rurais. Com isso, os movimentos sociais contam, segundo o autor, com um considerável exército de sem-terra aguardando oportunidade de serem assentados.

Na atualidade brasileira, a questão agrária é vista, por alguns autores, sob uma perspectiva desenvolvimentista, onde a reforma agrária deveria assumir um papel crucial no desenvolvimento capitalista. Citam, então, o exemplo dos países desenvolvidos da Europa, o Japão e os Estados Unidos, entre outros, cuja base econômica adviria da agricultura familiar em pequenas propriedades. É o caso de Veiga (2002) e Abramovay (2002), entre outros.

Para o caso do Rio Grande do Sul, a taxa de urbanização média é de 83,38%, ao que se atribui que uma significativa parcela da sociedade gaúcha deixa as áreas rurais para viver nas regiões urbanas. A Tabela 3 retrata esse fato.

Anos	Taxas de Urbanização (%)
2001	81,44
2002	81,46
2003	82,13
2004	82,03
2005	82,45
2006	82,82
2007	83,88
2008	83,01
2009	83,21

Tabela 3 – Taxas de urbanização no Rio Grande do Sul (2001 - 2009)

Fonte: IPEA (2012).

Brumer, Souza & Zorzi (2002) demonstraram que o declínio da população rural do Rio Grande do Sul, quando comparada com a população urbana, foi na ordem de 1% ao ano, de 1950 a 1991, aproximadamente. Eles observaram também que a população rural decresceu vertiginosamente, em termos absolutos, a partir de 1970. Na última década do século, diminuiu o seu ritmo de queda para 5%, a qual se explicava, para eles, pela diminuição da taxa de fecundidade, diminuindo o número de jovens “excedentes” na agricultura familiar.

Embora não confirmassem totalmente a hipótese central assumida, os autores não a

rejeitaram, supondo que a migração fosse estimulada nas propriedades que apresentassem dificuldades para a obtenção de renda, conforme ponderaram Abramovay et al. (1998). Estes autores constataram que entre os agricultores consolidados era mais frequente a sucessão já estar decidida do que entre agricultores em exclusão ou transição. De acordo com os dados aqui verificados, nota-se que o rendimento médio do trabalho no meio rural é inferior ao urbano, e que as taxas de desemprego rural são fortemente correlacionadas com a taxa de urbanização no Rio Grande do Sul.

5 Considerações finais

Analisar o que pode ser englobado como determinantes para o chamado desenvolvimento rural através, apenas das questões ligadas a produção, é algo arbitrário. Hoje no meio rural têm-se desenvolvido uma grande diversidade de atividades, que muitas vezes não é ligada a terra. Desta forma, é necessário fornecer uma estrutura que proporcione bem-estar a população que vive no campo, como educação, saneamento dentro outros. Para que assim, as pessoas não tenham que migrar para as cidades atrás dessas estruturas básicas. Proporcionar um ambiente com adequadas condições aumentariam as capacitações básicas dos indivíduos serem e terem o que desejam. Assim, as pessoas poderiam ter acesso a tudo que é oferecido nas cidades, sem ter que ir para um centro urbano. As pessoas que por qualquer motivo não pudessem migrar teriam as mesmas oportunidades e as outras seriam livres para escolher onde querem morar.

Os dados mostram que a média de estudos e a taxa de analfabetismo da população rural é maiores, bem como a extrema pobreza e a renda domiciliar é menor. No entanto, para as áreas rurais devem-se considerar fatores não econômicos como a produção, mesmo que em pequena escala, para consumo familiar. Assim, por mais que as medidas que utilizam somente a renda como indicador demonstrem que a pobreza é maior no meio rural, talvez ela seja mais intensa no meio urbano. Por mais que a rendimento médio na área rural seja menor, a taxa de desemprego no urbano é bem maior bem como a taxa de participação.

Com relação as condições de domicílio, pode-se notar que desde 2001 houve uma grande aumento no número de domicílios que tem acesso à energia elétrica, mesmo que ainda não alcance ou se equipare ao urbano a diferença entre as duas áreas vem diminuindo. O acesso ao abastecimento à água adequado obtém melhores resultado na área rural, mesmo que os resultados entre as áreas sejam próximos. Já se analisarmos a acesso a informação, há um grande aumento como um todo, mas o acesso na área rural é muito mais deficiente. E talvez seja a maior dificuldade

de obter padrões de bem-estar semelhantes das cidades no meio rural é que seja o grande fator dos esvaziamentos dos campos de 2001 a 2009, como se pôde observar através da dimensão demografia.

As diferenças compreendidas entre as áreas rurais e urbanas no Rio Grande do Sul, onde se destaca o atraso do rural, frente ao urbano em várias dimensões podem se constituir de um conjunto de fatores, de âmbito socioeconômico, que corrobora para a migração rural-urbana no estado. A análise do trabalho permitiu que se relacionasse as variáveis como renda, acesso à luz e água e desemprego com as taxas de urbanização vistas no estado, retratando o fato de que melhores condições de vida e renda tendem a promover o deslocamento de famílias gaúchas.

Visto a importância do estudo de condições de vida e desenvolvimento rural, e como os mesmos são entendidos é necessária uma pesquisa futura para explorar mais a fundo os diversos fatores que possam influenciá-los, ou seja, aprofundar essa análise inicial realizada nesse primeiro trabalho.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e capitalismo no campo**. In: STÉDILE, J. P. (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p. 94-104.

BRUMER, A; SOUZA, R.H.V; ZORZI, A. **O futuro da juventude rural**. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL, 6., 2002, Porto Alegre: Associação Latino- Americana de Sociologia Rural, 2002. p. 1365-1372.

CLARK, D. A. **Senís Capability Approach and the Many Spaces of Human Well-Beingí**, Journal of Development Studies, 41(8), 1339-1368. 2005.

CODES, A. L. M. **A Trajetória do Pensamento Científico Sobre Pobreza: Em Direção a Uma Visão Complexa**. Brasília: IPEA (Textos para discussão no 1332), 2008.

CRESPO, A. P. A; GUROVITZ, E. **A Pobreza como um Fenômeno Multidimensional**. RAE-eletrônica, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1178&Secao=PÚBLICA&Volume=1&Numero=2&Ano=2002>>

Acesso em: Setembro, 2013.

INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE (IETS). **Dados sobre Pobreza e Desigualdade**. Disponível em:< <http://www.iets.org.br/dado/pobreza-e-indigencia>> Acesso em:

Dezembro, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Situação Social nos Estados: Rio Grande do Sul**. Brasília, 2012.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento Rural: Conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2008.

MELLO, P. F.; MIELITZ NETTO, C. G. A. **O assentamento rururbano e a reforma agrária na atualidade brasileira**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA E ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto: FEARP/USP, PENSA/USP, 2005. Não paginado, CD-ROM.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**, Argos, Chapecó – SC, 2005.

NARAYAN, D. **La vos de los pobres: Hay alguien que nos escuche?** Madrid: Mundi Prensa 19 Libros, s. a., 2000.

OLIVEIRA, V. **A influência da produção agropecuária na dinâmica econômica e demográfica da região do Corede Central do Rio Grande do Sul - Brasil**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2013. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Human Development Report 2010: The Real Wealth of Nations – Pathways to Human Development**. New York: Oxford University Press, 2010.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

SEN, A. **Human Rights and Capabilities**. **Journal of Human Development**. Vol. 6, No. 2., July 2005

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2008.

VEIGA, J. E. da. **Fundamentos do agrorreformismo**. In: STÉDILE, J. P. (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p. 68-93.